

UNIVERSIDADE TIRADENTES

ERIKA MATOS SANTOS

JOANA ANGÉLICA FONTES NASCIMENTO

TATIANE COSTA NARCISO

“ALÉM DO ARCO-ÍRIS”: UMA ABORDAGEM
SITUACIONAL SOBRE AS RELAÇÕES
HOMOAFETIVAS NA REALIDADE SOCIAL
ESTANCIANA

ESTÂNCIA

2010

ERIKA MATOS SANTOS
JOANA ANGÉLICA FONTES NASCIMENTO
TATIANE COSTA NARCISO

“ALÉM DO ARCO-ÍRIS”: UMA ABORDAGEM
SITUACIONAL SOBRE AS RELAÇÕES
HOMOAFETIVAS NA REALIDADE SOCIAL
ESTANCIANA

Monografia apresentada à Universidade Tiradentes como um dos pré-requisitos para a obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora:

Prof^a Mestre Ana Caroline Trindade dos Santos

ESTÂNCIA
2010

ERIKA MATOS SANTOS
JOANA ANGÉLICA FONTES NASCIMENTO
TATIANE COSTA NARCISO

“ALÉM DO ARCO-ÍRIS”:

UMA ABORDAGEM SITUACIONAL SOBRE AS RELAÇÕES
HOMOAFETIVAS NA REALIDADE SOCIAL ESTANCIANA

Monografia apresentada ao curso de
Serviço Social da Universidade
Tiradentes - UNIT como requisito
parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em ____/____/____.

Banca Examinadora

Ana Caroline Trindade dos Santos
(Universidade Tiradentes)

Joaquim Francisco Soares Guimarães
(Universidade Tiradentes)

Cândida Maria de Brito Santos
(Universidade Tiradentes)

Dedicamos a Deus, nossos pais e a todos que
contribuíram para a construção desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Por acreditar que este dia chegaria, me esforcei e busquei a cada dia esse sonho. Os obstáculos foram inevitáveis e por conta deles a vitória tem um gosto especial. Que essa conquista possa impulsionar outras buscas e abrir novos horizontes, sempre apontando para um futuro muito luminoso, pois o que alcancei hoje é apenas uma pequena parte do que eu ainda almejo conquistar.

Não poderia chegar ao fim dessa jornada sem agradecer a Deus, Ser Supremo, por ter me concedido a vida e me dado forças para não desistir nunca dos meus objetivos. “Deus permitiu a existência das quedas d'água para aprendermos quanta força e renovação podemos extrair de nossas próprias quedas”.

Ao meu pai, Hélio Santos, que nunca mediu esforços para me dar o que há de melhor em todos os sentidos, para que eu conseguisse ser quem sou e chegar até aqui. A minha mãe Maria Rita, razão do meu viver, sempre ao meu lado me incentivando e me mostrando que nenhum problema poderia ser maior que a minha fé e a minha vontade de vencer. Aos meus irmãos Luana e Júnior pelo carinho e compreensão! Irmã, obrigada por estar sempre ao meu lado quando preciso de você. Amo vocês!

Ao meu “Tio Meco” pessoa muito especial na minha vida, sempre presente nas horas mais difíceis, tio sem você eu jamais chegaria aonde cheguei. Te amo muito!

Aos mestres que fizeram parte dessa jornada, transferindo os seus conhecimentos para que pudéssemos alcançar a tão sonhada graduação em Serviço Social, principalmente Caroline, pela paciência e dedicação nas orientações deste trabalho de conclusão de curso.

Meus sinceros agradecimentos a todos (as) que contribuíram direta e indiretamente para meu crescimento pessoal e que sempre torceram por mim.

"Por mais árdua que seja a luta, por mais distante que um ideal se apresente, por mais difícil que seja a caminhada, existe sempre uma maneira de vencer: A Nossa Fé."

Erika Matos Santos

erikamatos23@hotmail.com

AGRADECIMENTOS

Foram três anos e meio...

Como falar das inúmeras dificuldades encontradas durante este período? E como agradecer as alegrias vividas? Durante muitos dias procurei palavras que pudessem expressar o quanto sou grata a Deus, de todas que encontrei, nenhuma sinceramente, transmitiu o que sinto nem ao menos a plenitude de tal sentimento, dá uma vontade muito grande de chorar... e ao mesmo tempo de sorrir.

Quando lembro o primeiro dia de aula me recordo do quanto estava ansiosa, eram tantas indagações em relação ao compromisso que estava por assumir enquanto universitária.

Muitas vezes o cansaço físico e mental me levou ao limite, considerando que assumo outras responsabilidades. Porém, havia uma força muito maior que me impulsionava e ajudava a levantar novamente, era a força de Deus, eu tinha certeza que ele estava comigo em todos os momentos e por isso encarei o desafio.

Agradeço a minha família que tanto amo, meu alicerce, meus pais José Elesbão e Maria Zenaide, mulher a qual admiro por ser uma guerreira incansável, sempre disponível e compreensiva. A todos os meus irmãos, também sempre dispostos, não medindo esforços para ajudar-me, cada um contribuindo a sua maneira.

Inês, só quem ama age desse jeito, você assumiu algumas das minhas responsabilidades enquanto me ausentava, sua paciência em ouvir minhas histórias repetitivas, minhas reclamações, você é admirável. Sei também que você aprendeu muito.

André, meu guia, a palavra de ordem era “leia”, logo trazia os livros necessários à leitura, como ajudavam suas explicações e seu pensamento motivador “Você é capaz, você consegue”!

Pois é...

Às meninas super poderosas: Anne, Isis e Jéssika, minhas queridas filhas, com vocês aprendi muito, inclusive com as diferenças, vocês foram protagonistas nas mudanças que ocorreram em nossas vidas. Durante este período de universidade, como vocês se empenharam, se dedicaram, suportando meu stress, minhas ausências e as cobranças para que me ajudassem.

A você Gêldo, sei que mesmo distante torcia pelo meu sucesso, mais tudo poderia ter sido diferente...

Aos meus sobrinhos, cunhadas, cunhado, tios, vizinhos e amigos. Edilma, representando a família Nascimento.

A todos os professores, vocês contribuíram com meu crescimento intelectual, especialmente às Professoras Clarissa, Nelmires e Ione que tanto admiro

e às orientadoras de estágio Ângela Maria e Maria das Graças.

As minhas colegas e meus dois colegas de curso, pela acolhida, por tantas vezes justificarem meus atrasos e me acordarem quando dava aquela cochilada na aula, Eula que o diga, obrigada amiga. Agradeço aqueles que torceram por mim, principalmente ao meu grupo de apresentação de trabalhos. Aline, aqui vai o meu reconhecimento pela sua disponibilidade em compartilhar seus conhecimentos, você é especial, continue sempre assim.

Agradeço de coração também as minhas clientes, que confiaram no meu trabalho, compreenderam sempre as minhas ausências e ajudaram no que podiam para a realização dos trabalhos acadêmicos, a fidelidade e a torcida de vocês para que tudo desse certo. Vocês são excelentes.

Enfim, agradeço a todos os que contribuíram para a concretização desse sonho, como disse Raul Seixas: “Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mais sonho que se sonha junto é REALIDADE.”

Joana Angélica Fontes Nascimento

AGRADECIMENTOS

Olhar para trás após uma longa caminhada, me fez perder a noção da distância que percorri. O caminho foi longo e difícil na busca deste sonho, os obstáculos foram inevitáveis e por conta deles, a vitória tem um gosto especial. Agora é hora de planejar o futuro, mas nada poderá afetar as amizades conquistadas, os conhecimentos passados pelos meus mestres, as lembranças dos momentos vividos em sala de aula e aqueles que contribuíram para a realização deste sonho. Agradeço a Deus por está sempre presente em minha vida, por ter me dado forças para chegar até esse momento e vencer todos os obstáculos.

Aos meus pais esses que são minha essência. Amo muito vocês!

Aos mestres, Ana Caroline, Joaquim Francisco e Cândida Brito, pela colaboração na construção desse trabalho de conclusão de curso.

E às colegas Erika Matos e Joana Angélica, pela contribuição em busca de um único objetivo, a graduação.

Em fim, dizer OBRIGADA é muito pouco. As palavras, a dedicação e o carinho que recebi durante esses três anos e meio, contribuíram de alguma forma para esta realização e para o início de uma grande jornada.

Seria impossível descrever o que devo a cada um de vocês!

Tatiane Costa Narciso

A busca pela felicidade levou ao surgimento de novas famílias, que floresceram vinculadas muito mais pelo afeto. Um imenso desejo de felicidade de ser a gente mesmo, escolher sua atividade, sua profissão, seus amores (...). Eles rejeitam o nó, não o ninho. A casa é cada vez mais, o centro da existência. O lar oferece, no mundo duro um abrigo, uma proteção, um pouco de calor humano. O que eles desejam é conciliar as vantagens da solidariedade familiar e a liberdade individual. (Dias 2006).

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso visa discutir a atual situação dos indivíduos homoafetivos no município de Estância. O objetivo geral do estudo é analisar os aspectos sociais que permeiam o preconceito e a discriminação das relações homoafetivas na sociedade estanciana. A definição do tema partiu das discussões em sala de aula e dos trabalhos apresentados durante a graduação do curso de Serviço Social. A história de vida foi a opção metodológica utilizada para apresentar as perspectivas dos homossexuais que vivenciaram ou vivenciam relacionamentos homoafetivos sobre a legalização das famílias homoafetivas, além de dimensionar o preconceito que enfrentam na comunidade estanciana. Dessa forma, foi possível analisar as relações sociais, de maneira que o preconceito que hoje recai sobre estes indivíduos, possa o quanto antes, dar lugar a uma maior valorização do ser humano, visto que o respeito mútuo independe das orientações sexuais de cada um.

PALAVRAS – CHAVES: Relações homoafetivas; Família; Preconceito; Legalização.

ABSTRACT

This work Completion of course is to discuss the current situation of homosexual individuals in the municipality of Estancia. The overall objective of the study is to analyze the social aspects that underlie prejudice and discrimination in society relations homoafetivas Estancians. The definition of the theme came from discussions in the classroom and the work made during the graduation course in Social Work. The history of life were the option used to present the methodological perspective of homosexuals who have experienced or experiencing homosexual relationships, on the legalization of families *homoafetivas*, and size prejudice they faced in the Estancian community. Thus it was possible to analyze social relations, so that the prejudice which now rests with these individuals, would as soon give rise to a greater appreciation of the human being, whereas mutual respect independent of the sexual orientations of each.

KEY - WORDS: homosexual relations, the Family, Prejudice. Legalization.

LISTA DE SIGLAS

ASTRAESE: Associação sergipana de Transgêneros de Estância

CF: Constituição Federal

DD: Dimensão dos direitos

DI: Dimensão da invisibilidade

DP: Dimensão dos preconceitos

IBGE: Instituto brasileiro de geografia e estatística

GLBTS: Gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e simpatizantes

LGBT: Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais

PEC: Projeto de emenda constitucional

PL: Projeto de lei

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A FORMAÇÃO DA FAMÍLIA COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL.....	18
2.1 A construção histórica da família brasileira.....	22
2.2 A importância dos laços afetivos e as modalidades de família: âmbito social e jurídico	25
3. AS FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS: DEMARCAÇÕES ENTRE SEXUALIDADE E AFETO.....	29
3.1 Sexualidade.....	30
3.2 Homossexualidade e afetividade.....	38
3.3 A questão da legalidade: da hierarquia da invisibilidade ao direito à diferença.....	38
4. OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	44
4.1 Análise de dados.....	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....	65
APÊNDICE	67

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como título “Além do Arco-Íris: Uma discussão sobre as relações homoafetivas na realidade social estanciana”. Seu principal objetivo é investigar os aspectos sociais que permeiam o preconceito e a discriminação destas relações, sofridos por casais homoafetivos na sociedade estanciana.

O arco-íris, sem sombra de dúvidas, é o símbolo do movimento gay mais conhecido pela sociedade. Cada cor tem o seu particular significado: o rosa-choque para o sexo; vermelho para o fogo; laranja para a cura; amarelo para o sol; verde para a natureza; turquesa para as artes; azul-índigo para harmonia; violeta para o espírito. A bandeira com o arco-íris foi utilizada pela primeira vez em 1978, no San Francisco Gay and Lesbian Freedom Parade.

O trabalho visa abordar uma temática presente na sociedade, mas pouco discutida na academia. Desta forma, o foco de observação das experiências de homossexuais que diariamente são vítimas de exclusão, tendo que enfrentar atitudes preconceituosas por serem diferentes do estereótipo tradicional. Outrossim, vislumbra-se examinar como a sociedade estanciana tem se comportado frente às novas configurações familiares, a partir da disseminação da homoafetividade.

Através das histórias de vida, podem-se elucidar as dificuldades enfrentadas pelos casais homoafetivos na realidade estanciana, objetivando anular

no imaginário coletivo os mitos, principalmente a busca pela quebra de paradigmas obsoletos sobre a homoafetividade, como forma de aprimorar e estreitar as relações no convívio interpessoal.

A escolha deste tema partiu das discussões em sala de aula e dos trabalhos apresentados durante a graduação do curso de Serviço Social.

Inserem-se nessas observações, as questões referentes a todo tipo de preconceito, que se evoca como um conceito (errôneo) pré-concebido, o qual a grande parte da população faz, principalmente sobre os aspectos que permeiam o mundo dos “sexos”, na diferenciação entre “macho e fêmea”, gênero e raça.

Através desta pesquisa, pretendeu-se aprofundar conhecimentos sobre questões relacionadas à união homoafetiva, que abrange desde a evolução familiar, passando pelas mudanças na sua estrutura e seus conceitos que foram se modificando com o tempo, além do preconceito ainda perdurável.

Foi realizado para a construção metodológica deste trabalho, inicialmente uma pesquisa bibliográfica, respaldada em estudiosos desta temática ou áreas afins, como ARIÈS, ENGELS, LOBO, DIAS, FOUCAULT, MEIRA, dentre outros.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas pela História de Vida, onde foram entrevistados 05 homossexuais que já vivenciaram a questão da união homoafetiva. Durante as entrevistas foi possível colher informações de fundamental importância, assim como, a visita realizada ao Centro

de Referência de Prevenção e Combate a Homofobia, servindo como suporte para uma análise crítica dos fatos observados, permitindo um detalhamento das informações obtidas e proporcionando um paralelo com os exemplos existentes.

O trabalho é composto pelos seguintes capítulos: no primeiro destacam-se a formação da família como instituição social, desde sua história até os laços familiares e as modalidades de famílias. No segundo momento tem-se a questão das famílias homoafetivas com suas demarcações entre sexualidade e afeto, além da questão da legalidade: da hierarquia da invisibilidade ao direito a diferença. Já no terceiro momento têm-se os tipos de pesquisa e a análise dos dados obtidos através da realização das entrevistas, utilizando-se como principal método "a triangulação", que em Paulilo (1999) nota-se como é importante a utilização de métodos quantitativos e qualitativos para a análise dos dados.

O Assistente Social atua no campo das relações humanas, promovendo a integração do indivíduo ao seu meio e solucionando os problemas que prejudicam o bem estar, além disso, intervém de acordo com cada realidade e com a necessidade de cada usuário, trabalhando as relações sociais voltadas a cada tipo de situação adequada, almejando esclarecer aos usuários seus direitos e deveres.

Nas considerações finais, traz uma reflexão sobre o tema trabalhado, suas descobertas e sua contribuição para a academia, profissionais da área e sociedade em geral.

2 A FORMAÇÃO DA FAMÍLIA COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL

Ao se observar a família como objeto de estudo, nota-se que são inúmeras as informações que ela oferece e por isso, ela tem servido como fonte de observação das diversas ciências: sociais, antropológicas, econômicas etc, todas em busca de uma melhor compreensão das questões que cercam a instituição familiar.

A família é um ciclo em que transita os mais variados interesses e seus integrantes, com seus diversos comportamentos, corroborando para nortear outros indivíduos na sua formação humana, e que nem sempre foi assim.

Philippe Ariès, em seu livro *A História Social da Infância e da Família*, mostra que somente a partir dos séculos XV e XVI pôde-se observar nas sociedades antigas o “sentimento de família”. A partir de uma análise iconográfica dos meses, Ariès apresenta a configuração da família, visto que na Idade Média, a sociedade valia-se do simbolismo para mascarar suas fraquezas.

Tomando por base telas e calendários, nos quais se observava a representação das atividades pessoais e profissionais, individuais e coletivas, Ariès detalha gradualmente desde a valorização do homem nessas sociedades, notada no calendário dos 12 meses do ano, datado do início do século XII, onde pesava a questão de *gênero* e os meses eram sempre representados por homens até a

constituição da família *per si*¹.

Para Ariès, o “sentimento de família” se desenvolveu mediante as transformações sociais, pois enquanto a família se ordenava em volta do homem e sua força de trabalho, as representações dos artistas não permitiam considerar as mulheres, e muito menos os filhos, isso porque no século XV as crianças ainda não eram retratadas na imagem familiar. Nessa época, o artista sentia a necessidade de exprimir discretamente a colaboração da família, dos homens e das mulheres da casa, no trabalho cotidiano, com uma preocupação de ressaltar uma intimidade outrora desconhecida.

Sobre a ótica dessa “intimidade desconhecida” que Ariès referencia, o embate da dialética vida pública X vida privada era tão pouco diferenciado que se mesclavam e o ambiente familiar era aberto a várias pessoas, pois pouco se conhecia o que vem a ser *privacidade*.

Em uma das cenas analisadas por Ariès, mostra que na rua medieval, a vida privada acontecia tanto quanto dentro de casa. O que serve para endossar a mescla:

(...) Essa rua medieval assim como a rua árabe de hoje, não se opunha à intimidade da vida privada; era um prolongamento dessa vida privada, o cenário familiar do trabalho e das relações sociais (...) Talvez essa vida privada se passasse tanto ou mais na rua do que em casa. (Ariès, 1978, p. 314)

Todas as transformações ocorridas no cenário social foram representadas

1 **Per si:** por si e em si mesma.

e modificadas com o tempo no calendário do ano e a soma de temáticas retratadas nele, permitiu considerá-lo para uma abordagem iconográfica da família, somada as idades da vida (infância, juventude, velhice e morte). Entretanto, Ariès considera que somente com a inserção da criança nessas representações, a família, em seu sentido mais estrito, aproximou-se das relações de intimidade e privacidade.

Porém, visitando um período ainda mais remoto, Friedrich Engels, em seu trabalho *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, esclarece à luz da antropologia, os aspectos que evocam as transformações sociais ocorridas no estabelecimento das relações parentais entre os indivíduos.

Iniciado em 1861, com o Direito Materno de Bachofen pelo qual ele apresenta dois *estados* para a historicidade da família: o *Estado Primitivo ou Selvagem*, onde as descobertas da linguagem articulada e da utilização de crustáceos levam os primitivos à migração; passando pelo *Estado da Barbárie* (ginecocracia), onde a figura materna era considerada a única progenitora, logo depois dando espaço a *monogamia*, que segundo Engels foi devido ao trabalho grego de inserir novas divindades a partir da interpretação das *Oréstias*².

Observando os processos históricos, percebe-se que as mudanças na arena familiar não se deram de maneira linear, muito menos estática. Para cada sociedade, em sua determinada época, foram construídos modelos pré-

2 **Oréstias**: História mitológica Grega onde tudo começa com **Agamêmnon** sacrificando **Efigênia** para conseguir bons ventos para as naus gregas que iam a Tróia. Segue com a sua própria morte pelas mãos da esposa **Clitemnestra**, que, por sua vez, é morta pelo filho **Orestes**. As **Erínias**, entidade responsável pela limpeza da honra através do derramamento de sangue, conduzem inexoravelmente a purgação, como única forma de punir uma geração de crimes igualmente familiares. *In apud A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*.

estabelecidos de relacionamentos ou das formas de mantê-los.

Seguindo o pensamento de Engels, para passagem do período da *barbárie* para a sociedade dita *civilizada*, foi necessário renunciar ao modelo de família matriarcal para o patriarcal, o qual Engels nomeou de *paters famílias*, visto que em épocas remotas a mulher dominava o ambiente das famílias, por isso sempre fora discutido a *feminilização das sociedades*.

Evocando sobre esta transferência da família matriarcal para a patriarcal, Engels *apud* Charles Morgan, esclarece sobre outra maneira de se tratar as diversas formas de conceber a *família*. Em Morgan, Friedrich evidencia que a primeira forma de união entre os seres humanos se deu em grupo. Na época, este tipo de união não causava ciúmes, onde todos podem ser cônjuges entre si, denominando-se assim as *Famílias Consangüíneas*.

Outra modalidade de família é a *Família Sindiástica*, na qual era comum a união de pouca duração entre um homem e uma mulher, sendo que o mesmo possuía o direito de manter relações com outras mulheres, todavia, prezava-se a monogamia e a fidelidade feminina. No mesmo período, as mulheres por serem mães clamavam pelo direito a castidade. E por fim, Engels apresenta a *Família Monogâmica*, que se difere da sindiástica apenas pelo fato da solidez do relacionamento, contudo legitimando cada vez mais a opressão masculina sobre as mulheres.

A *família monogâmica* estabelecida no período da burguesia caracteriza-se também pelos interesses econômicos que cerceiam o casamento

O casamento burguês baseia-se em uma troca de interesses onde a mulher vira uma prostituta, pois não aluga seu corpo para vários homens, mas o vende para um único passando a lhe servir como escrava. O homem burguês acaba casando-se com mulheres por conveniência, pois procura uma mulher que pertença a sua classe social e não por interesse sexual. O proletariado, no entanto, por não possuir bens e não estar amarrado a conveniências sociais, embora viva em estado de miséria e opressão, adquire uma liberdade sexual que é negada ao burguês. (Engels, 2000, p. 06)

É a partir da *família monogâmica*, quando a *gens* passa a dominar o limiar das discussões sobre a família, pois por ela se percebe os laços consangüíneos, linhagens ou descendência, possibilitando a não permissividade do casamento entre os mesmos. Segundo Engels:

O Estado surge a partir das ruínas da gens já que esta passa a perder a sua importância a partir dos interesses da propriedade e o poder. O Estado é um produto da sociedade quando essa chega num determinado grau de desenvolvimento; é a prova de que a sociedade chegou num estágio de contradições onde os interesses econômicos ultrapassam todos os aspectos morais e para que a própria sociedade não seja devorada pelo monstro que a mesma criou, surge o Estado que sobrepõe a sociedade para poder organizá-la, mas que ao mesmo tempo distancia-se da mesma. (op cit, 2000, p. 06)

De lá para cá, a família como instituição sofreu drásticas mudanças, o que reza cada vez mais por aceleradas ações da lei, como caminho para a garantia de proteção e tutela e até estabelecimento de “padrões”, cujos “padrões” e leis, o próprio Estado estabelece para coagir o indivíduo a manter uma ordem, ainda que aparentemente, criada por ele mesmo.

2.1 A construção histórica da família brasileira

O processo do tempo fez com que as circunstâncias e os acontecimentos definissem os tipos de relações que se desenvolviam na tessitura social. A família, uma das principais instituições sociais, teve sua estrutura abalada e o tempo fez com que lhe abrissem feridas, as quais desencadearam a quebra de muitos paradigmas.

Na construção deste trabalho, nota-se a passagem da família consangüínea para a sindiástica, da sindiástica para a monogâmica e patriarcal, cujas formações demarcam-se em circunstâncias e conseqüências próprias. Todavia, deixando os modelos de família configurados nas sociedades Greco-romanas, notar-se-á que no Brasil, tão grande foram as transformações na estrutura da família ainda na sua primeira configuração, tal qual a contribuição de seus modelos para a compreensão dessa instituição.

A Constituição Brasileira de 1988 defini família, em seu Art. 226, parágrafo 4: “entende-se como entidade familiar a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes”. Todavia, não se exclui dessa concepção a unidade formada por um casal que não tenha filho, sendo tais relacionamentos legalizados ou não.

Para situar na história, a configuração da família na comunidade brasileira é premente atentar-se para o conceito de *mentalidades*, que Almeida (2001) discute em seu trabalho *Família e história – questões metodológicas*.

Segundo Almeida (2001), contrariando alguns estudiosos da época, mostra que quando se quer classificar a família brasileira como *moderna*, é preciso situá-la na geografia e período, em que as uniões aconteciam entre pessoas de classes diferentes no contexto social nacional:

Ora, o modo de pensar e de agir que Freyre descreve no âmbito do “mundo da casa-grande e senzala”, imperceptivelmente estendido ao Brasil como um todo, está bem próximo, do conceito de mentalidade. Não se trata apenas dos comportamentos evidentemente diferenciados do macho-branco-proprietário e dos escravos, sobretudo das escravas. Trata-se de uma arquitetura mental em que a dominação e a submissão aparecem como “doce” intimidade, a valorização de algumas qualidades dos dominados pelos dominantes aparece e é sentida como confraternização, tudo isso contribuindo significativamente para que não apareça nem de longe uma equivalência entre seres humanos diversos que, neste caso, poderiam contrapor-se, mas foge de uma estrutura de comportamentos tipificados. (Almeida, 2001, p. 05)

A instituição familiar brasileira teve duas configurações marcantes. A primeira, tendo como base Gilberto Freyre, tem uma formação *patriarcal rural* (senhor da fazenda, pai, mãe, filhos, escravos e agregados), a qual já apresentava “o divórcio”, assim como, havia o reconhecimento da bastardia, ou filhos ilegítimos e mulheres assumindo a direção do lar, ficando a ressalva de que só assumiriam na ausência ou falecimento do marido. A segunda é contextualizada por Almeida, como *nuclear burguesa*, cuja égide basilar está no pensamento burguês dos fins do século XVII e meados do século XIX, apenas com pai, mãe e filhos, tendo a autoridade do pai subjugando mulher e filhos:

Nessa área, família e casamento eram analisados sob o prisma do direito natural à propriedade – pois que este era essencialmente o que havia sido retido pelos juristas, que deixaram de lado os direitos à liberdade e à igualdade como naturais – concentrando-se nos temas da herança, do regime de comunhão de bens para o casamento e da “naturalidade” do poder paterno sobre a esposa e os filhos. (op cit, 2001, p. 08)

Retomando a construção do pensamento apresentado neste trabalho, vê-se o porquê que Engels atrelou à origem da família, também a do estado e da propriedade privada. Eles estão intrinsecamente ligados, sem um não se conceberia o outro: a família, como agente social, e devido ao seu desenvolvimento, surge o Estado para fazer os “cidadãos” coabitarem para manter a normalidade. Retornando a Engels: “é a prova de que a sociedade chegou num estágio de contradições onde os interesses econômicos ultrapassam todos os aspectos morais”. Tais interesses econômicos aos quais Engels se refere, nada mais é do que a busca da legitimação da propriedade privada, através do subjugamento, exploração e opressão de alguns, a exemplo do casamento burguês por interesse econômico.

2.2 A importância dos laços familiares e as modalidades de família: âmbito social e jurídico

Muitos foram os caminhos até que se chegasse a uma concepção mais precisa de *família*, contudo, sempre há mais o que se observar.

Com o desenvolvimento tecnológico advindo da Revolução Industrial, houve a separação do mundo do trabalho do mundo familiar, tão atrelados nas abordagens iconográficas de Ariès. Decorrentes dessa revolução, com a emancipação da mulher, várias mudanças abalaram a estrutura da família, considerada até então, a pedra angular da sociedade. Cynthia A. Sarti, em seu texto *Famílias Enredadas*, catalogado no livro *Famílias: redes, laços e políticas públicas*

(São Paulo: Cortez, 2008), mostra dois movimentos que ocasionaram as mudanças estruturais no seio familiar: *o movimento feminista e a luta em favor dos direitos das crianças*.

Tanto no Brasil como no resto do mundo, tais movimentos suscitaram questões pertinentes à maternidade e a sexualidade da mulher, que antes eram intrincadas, mas com o desenvolvimento das pílulas anticoncepcionais e métodos de inseminação artificial, tornaram a maternidade uma questão de “escolha”. (Sarti, 2008, p. 23)

Na demarcação jurídico-constitucional das entidades familiares, Jacinta Gomes Fernandes afirma que a passagem da família patriarcal para a nuclear, cujas mudanças se deram tanto na conjuntura social como econômica, rezava pela elaboração de leis que amparassem as relações sociais, especificadamente na arena da família, daí a criação do *Direito da Família*, que por muito tempo foi considerado como “sedimentação oficial do conceito de família”.

É a partir da promulgação da Constituição de 1988, que o Brasil passou a conhecer os três tipos de entidades familiares, onde (Lôbo 2009, p.58) apresenta duas teses que se antepõem:

Primeiro, há primazia do casamento, concebido como modelo de família, o que afasta a igualdade entre os tipos, devendo os demais (união estável e entidade monoparental) regular-se por meio do afeto; Segundo, há igualdade entre os três tipos, não havendo primazia do casamento, pois a Constituição assegura liberdade de escolha das relações existenciais e afetivas que previu, com idêntica dignidade.

O que se apresenta de estranhamento entre as duas teses é a

consideração da entidade familiar que não seja a nuclear matrimonializada. (*In caput* art. 226 da Constituição Federal). Outrossim, deve ficar claro que o que os juristas questionam para não considerar entidades que não sejam as nucleares, nos incisos do próprio artigo pode-se encontrar preceitos que permitem a inserção de outras entidades. Em Lôbo, encontram-se os três preceitos que acabam por incluir as entidades familiares não referidas explicitamente:

a) “Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (*caput*); b) “§ 4º Entende-se, também como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. c) “§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. (op cit. 2009, p. 64)

As categorias encontradas no Art. 226 permitem então, evocar que não só a união estável é entidade familiar, pois por meio da aberta interpretação do mesmo, qualquer comunidade que se forme por meio do afeto, da estabilidade e ostensibilidade podem e devem ser consideradas entidades familiares.

Para Lôbo (2009), as famílias instituídas no artigo 226 são apenas “exemplos”, e as famílias que fogem à normalidade, chamadas de “implícitas”, são assim denominadas devido à complexidade da definição do termo *família*, sugerindo que, essas famílias sejam amparadas pelo princípio da dignidade humana. Houve a necessidade da inserção dessas famílias na realidade jurídica pelo fato de os órgãos de justiça precisar intervir nos casos e conflitos na arena familiar.

A partir disso, apresentada a existência de entidades familiares além da *união estável*, Lôbo (2009), descreve os seguintes modelos: comunidade estabelecida entre parentes (*família parental*): família considerada, por exemplo,

quando vivem dois irmãos solteiros residindo no imóvel comum; *Família monoparental*: dispensa a existência do casal, homem e mulher, sendo estabelecida apenas por um dos pais e seus filhos menores; *Família homossexual*: devido à ausência de leis que regulem esse tipo de relacionamento, estas somente são consideradas entidades familiares se preencherem os requisitos de afetividade, da estabilidade e ostensibilidade e *Famílias recompostas*: devido à incidência de separações e divórcios no Brasil, são vistas como as que se constituem entre um cônjuge ou companheiro e os filhos de outros, remanescentes de outro casamento.

Vê-se que o significado de família é muito mais extensivo do que a construção dos lares por meio do casamento. A família teve seu sentido transformado. Outrora, sob a base do casamento e ambiente vocacional, as questões de interesse que antes restringiam às relações, dão lugar às relações onde as pessoas que comungam dos mesmos interesses se unem sobre o prisma do afeto, abandonando o paradigma patriarcal. Além disso, essa nova visão vem abraçar tanto a família nuclear matrimonializada, como “uniões estáveis entre um homem e uma mulher como o vínculo dos pais com os filhos”, assim como também as possíveis combinações familiares oriundas da *modernidade*.

Na construção metodológica do presente trabalho, onde se tem tratado da *família*, desde seu gênese até seus meandros atuais, com o exposto, partir-se-á para o fomento deste projeto: as famílias ou entidades homoafetivas.

3 AS FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS: DEMARCAÇÕES ENTRE SEXUALIDADE E AFETO

Em se tratando de família, logo se vem à mente sua estrutura formal, composta por pai, mãe e filhos. Nota-se que suas regras para estabelecimento são definidas de acordo com cada cultura e sociedade e depende muito do processo temporal que se inscreve. Por isso, a sociedade em cada época determina quais relações são corretas, ao mesmo tempo em que condena àquelas que fogem às regras.

Mediante as mudanças assistidas na sociedade atual, acredita-se que de maneira exacerbada a família, atualmente, está vivendo uma inversão de papéis, principalmente em relação ao antigo modelo de família patriarcal, onde o pai era a autoridade maior dentro de casa, “subjugando” a esposa e filhos. Em meio a essa inversão, percebe-se percas significativas de valores e costumes, entendidos como fundamentais na esfera do núcleo familiar, cujas mudanças são atribuídas também à emancipação feminina, a conquistas de igualdade de direitos para homens e mulheres, igualdade de gênero, raça e religião (Almeida, 2001, p.08).

Essas dificuldades que as famílias vêm enfrentando, inferem-se concomitantemente, ao passo que aumentam os preconceitos. Aceitar o outro, o diferente é resultado de uma educação que discrimina, exclui gerando o preconceito marcado pela cultura. A educação continua sendo bem diferenciada para homens e mulheres quando os livros escolares apresentam o homem sentado na poltrona e a

mulher vestida em um avental, varrendo a casa aborrecida com os filhos.

Todavia, por conta do crescimento das discussões sobre sexualidade e orientação sexual, hoje outras formas de família já são concebidas, principalmente no âmbito jurídico, pelo fato de garantir os direitos dos cidadãos. Diante disso, surgem as relações *homoafetivas*.

Dias (2006, p.69), elucida que com o passar do tempo, o termo *relação homossexual* passou a ter uma conotação pejorativa, vem então considerá-la como uma *relação homoafetiva*. Segundo ela, isso se deve ao fato de estar se tratando mais de uma relação de afeto. Trata-se da união de pessoas do mesmo sexo que começaram a encontrar reconhecimento (op. cit., 2007, p. 183).

Porém, não se pode tratar das relações homoafetivas em si, sem observar a ligação que tem com sexualidade e afetividade.

3.1 Sexualidade

A sexualidade é a maneira ou necessidade de receber e expressar afeto e contato. Define-se como suas preferências, predisposições ou também experiências sexuais. Uns consideram o modo que cada um tem de expressar algo que lhe traga sensações prazerosas do seu jeito, para outros, sexualidade não se baseia só em sexo, é o abraço, o toque, o gesto, a palavra que também transmite prazer para as

peçoas, é o carinho que recebe quando ainda está dentro da barriga da mãe, quando bebês, ao longo da vida. Sexualidade vai além do ato sexual. Ela é um aspecto importante da personalidade humana.

Meira (2002) vincula à *sexualidade*, as questões de sentimento e afeto, singulares e particulares de cada indivíduo, todavia, ela se estende também ao que diz respeito a manifestações externas desses sentimentos. Segundo o autor,

A sexualidade é própria de cada pessoa, a meiguice, carinhos, carências, afetos, impulsos sexuais, socialização, agressividade, a forma cortez ou grotesca de se comunicar com os outros, a colocação da voz através do seu timbre, totalidade e velocidade, o nível de simpatia ou de antipatia, a maneira de se vestir e se produzir, o grau de inibição e a capacidade de atrair o outro, as preferências sexuais. (...) desejos, fantasias, as manifestações da excitação e do orgasmo, a beleza física e a disposição anatômica das formas do corpo e etc., caracterizam o que chamamos de sexualidade. (Meira, 2002, p.13)

Sexualidade em si, permite muitas interpretações e diversos entendimentos, e abrange vários aspectos do comportamento, do sentimento e da personalidade humana. É abordada por diversas áreas da ciência como a psicanálise, a biologia, a psicologia, a filosofia, a teologia, a antropologia e a sexologia, sendo que cada uma trata o assunto de pontos de vista diferentes e criando as mais diversas definições.

Não obstante, cada indivíduo cria sua própria visão do que é sexualidade e como ela se manifesta, tomando como base crenças e costumes pré-estabelecidos na sociedade a qual faz parte. A sexualidade transcende o tangível, ela envolve vários sentimentos e desejos, não somente o ato sexual, que pode ser considerado apenas como uma das maneiras de manifestar a sexualidade; um olhar,

um roçar de mãos, o jeito de andar ou falar, de mexer no cabelo, de segurar um copo, de trabalhar etc. São manifestações sutis de como cada um vive sua sexualidade.

Desde o nascimento, já é definido se a criança é do sexo masculino ou feminino de acordo com a anatomia dos órgãos genitais, a existência de um pênis ou de uma vagina determinará as orientações dos pais e da sociedade para moldar o comportamento futuro e o desenvolvimento dessa criança.

Segundo Jamake Highwater analisando os pensamentos de Michel Foucault, mostra que a sexualidade não passa de uma elaboração histórica, o que ela significa e exprime, não ultrapassa suas específicas manifestações sociais e históricas, assim como não é possível explicar suas formas e variações sem que se examine e explique o contexto em que se formaram. Assim, é fundamental ter conhecimento da essência de cada sociedade, sua cultura, sua época e seu contexto histórico, tais aspectos designarão o que é apropriado ou não, moral ou imoral, saudável ou doentio, não cabendo a outras culturas, com posições diferentes, fazer tal julgamento.

Como exemplo, Berenice (2006) mostra que na sociedade greco-romana a figura masculina era de tal maneira admirada que os espetáculos de gladiadores despidos fossem restritos aos homens, pois esses acreditavam que as mulheres não sabiam valorizar o *belo*. Entretanto, a idéia de sexualidade possui uma variação histórica, as mudanças comportamentais e os significados atribuídos a ela passaram por diversas mudanças importantes.

Assim, faz-se um apanhado de recortes históricos mostrando as transformações da visão sobre a sexualidade,

A visão ocidental das mulheres recebeu a influência do mito da “má Eva” e da posterior reversão desse mito pela história da “Virgem Maria”. A antiqüíssima visão judaico-cristã (patriarcal) da mulher (como Eva), criatura indisciplinada e fortemente sexuada, passou por uma alteração completa por volta do século XVII, a qual redundou uma crença de que as mulheres (como Maria) são muitos menos sensuais de que os homens. (Highwater, 1992, p. 19)

A questão da sexualidade, nos dias atuais, ainda aparece de forma bem complexa e um tanto quanto conturbada, muitas vezes pela confusão entre sexualidade e gênero. Muitos pais são totalmente ignorantes ao significado da palavra *sexualidade*, para muitos significa apenas o ato sexual por si só, o que não é. Atualmente, a palavra “sexo” é usada em dois sentidos diferentes: um refere-se ao gênero e define como a pessoa é (masculino ou feminino); e o outro ao ato sexual, pois engloba sentimentos, desejos, sensações e interpretações.

A família e suas relações enquanto instituição está concentrada em sua forma privada, pois desde o seu início ela é formada de maneira particular, ou seja, por escolha própria, quando duas pessoas são livres, ligadas apenas por vínculos afetivos.

Relatos históricos mostram que o amor homossexual era fundamental para as civilizações antigas e era importante também no império Romano. Representa um estágio de evolução da sexualidade das funções definidas para os gêneros e para as classes.

Na Grécia, o livre exercício da sexualidade – verdadeiro privilégio dos bens nascidos - fazia parte do cotidiano de deuses, reis e heróis. O mais famoso casal masculino da mitologia grega era formado por Zeus e Gamimede. Lendas falam de amores de Aquiles com protocolo e dos constantes raptos de jovens por Apolo.

Até hoje são questionadas tais práticas e qual a sua importância para a configuração social da época, principalmente sobre o caráter e a importância dessas práticas de perversão admitida, seja como instituição pedagógica ou ritual iniciatório, visto que, também a bissexualidade estava inserida no contexto social e a heterossexualidade aparecia como uma preferência de certo modo inferior reservada à procriação.

Na visão tântrica de enxergar a sexualidade, apresentada por Osho, descreve as quatro fases do desenvolvimento sexual natural, que assim decorrem: autosexual, homossexual, heterossexual e não sexual.

Para Osho, na fase *autosexual*, todas as crianças já nascem narcisistas, e por isso sentem admiração pelo próprio corpo, principalmente por conhecer apenas o que é seu, mantendo-o uma ingênua relação de toques que lhes permitem sensações de conforto e as suas genitálias passam a ser as partes mais sensíveis. O grande problema desta fase é a negação dos pais e da sociedade, que com o “não toque”, reprimem e condicionam a criança no seu período de descoberta, “*nesse momento começa a destruição da natural sexualidade da criança*”.

Com isso, tudo que a criança aprende na infância, até mesmo as frustrações e repressões, ela levará como experiência para toda a sua vida. Deste modo, Osho acredita que por isso muitos adultos de hoje ainda não saíram da fase da tenra idade, justificando a exacerbada prática da masturbação, que em *A história da sexualidade* de Foucault (1988) mostra que na era vitoriana instaurada no século XIX, considerava a desenfreada sexualidade masculina nociva, pois a teoria médica do período julgava a perda do esperma debilitante.

Os homens eram severamente aconselhados a evitar a cópula antes de atividades importantes, tais como: eventos esportivos, manobras militares e confrontos econômicos ou políticos e a masturbação, era ainda mais fortemente condenada do que o sexo com uma parceira, acreditando-se que levava a uma grande variedade de moléstias, inclusive à loucura.

O vocábulo homossexual tem origem etimologicamente grega, significando “homo”, que exprime a idéia de semelhança, igual, analógico, ou seja, homólogo ou semelhante ao sexo que a pessoa almeja ter com outrem do mesmo sexo.

Em Osho, percebe-se o inculcamento de que todos os indivíduos passam por uma fase dita como *homossexual*, logo após o período da infância. Para ele, essa fase é natural, pois antes mesmo de alimentar desejos pelo corpo feminino, é comum desejar o corpo parelho, ou seja, meninos admirarem meninos e meninas admirarem meninas, por estarem mais próximos e se compreenderem. O grande

problema é que poucos conseguem mover-se desta fase, pois do mesmo modo que a criança enfrenta o “não toque” na infância, agora tem de enfrentar as intempéries de uma sociedade repressora, que ao colocar barreiras legitimam a fase homossexual a uma prática pervertida.

Na mesma linha de pensamento Suplicy (1995, p. 113) coloca que gostar das pessoas do mesmo sexo, ter tocado nos órgãos genitais ou ter tido uma relação sexual com uma pessoa do mesmo sexo faz parte da experiência da maioria das pessoas.

Não é de agora que se nota essa consideração da existência da homossexualidade como uma necessidade natural. Na Grécia antiga, restringindo-se a ambientes cultos, era uma manifestação legítima do libido, não se tratando de uma degradação moral, um acidente ou um vício. Todo indivíduo podia ser homossexual ou heterossexual (dois termos, por sinal desconhecido na língua grega). As atitudes sexuais eram referentes aos amores masculinos e tinha como modelo relações pedofílicas, que configuravam um verdadeiro rito de iniciação sexual para o adolescente jovem escolhido.

O preceptor era um modelo de sabedoria geralmente um guerreiro que se dispunha a transmitir seus conhecimentos, fazia parte das obrigações dos precipitados que “servissem de mulheres a seus preceptores”. Tanto que Platão explora o amor dos rapazes como meio de adquirir sabedoria. Ficariam mais bem treinados para a guerra e mais hábeis para a política, quanto aos que se negavam a essas práticas eram considerados desviantes. Não só na Grécia, mas também em

inúmeras culturas, a pederastia ritualizada era bem aceita, acompanhada de caráter pedagógico. Fazia parte da ética dos prazeres que articulavam a formação em si dos governos das pólis.

Entretanto, antes de se considerar adulto, os jovens têm experiência com o sexo oposto, numa relação de iniciação sexual, fazendo a ligação entre o homem mais velho e o menino imberbe. A homossexualidade era vista como procedência natural, ou seja, do mesmo nível da relação entre casais, entre amantes ou de senhor e escravo. O preconceito da sociedade romana decorria da associação popular entre passividade sexual e impotência política.

Retomando ao pensamento, Osho apresenta como terceira fase do desenvolvimento sexual natural, a *heterossexualidade*, endossando que só se chega a uma heterossexualidade plena, se todas as outras fases tiverem sido vividas sem repressões. Aqui reside um grande problema, pois “a grande maioria, 99% ou mais das pessoas foi condicionada negativamente em relação à sua sexualidade e ficou paralisada na primeira ou segunda fase do seu desenvolvimento natural”. (Osho, 1978, p. 06)

Em quarta e última classificação, Osho apresenta a fase do *não sexual*, que se assemelha a um celibato, não o celibato de monges e padres, que para ele é muito perverso, mas um celibato natural, por meio do qual certos indivíduos abandonam o desejo pelo sexo exterior, alimentando em si mesmo, a sexualidade masculina e feminina, para prazer próprio.

3.2 Homossexualidade e afetividade

Nos trabalhos de Dias podem ser encontradas as relações epistemológicas entre a palavra homossexual e a concepção do neologismo *homoafetividade*. A autora mostra que o termo *Homossexual* tem sua origem na palavra grega, *homo* que quer dizer “semelhante”, fazendo a junção da palavra latina *sexus*, passando a ser inserida na literatura técnica da medicina pelo médico húngaro Karoly Benkert, no ano de 1869. No dicionário atualizado Aulete (2004), o termo homossexual significa que ou quem sente atração por e/ou tem relações sexuais com pessoas do mesmo sexo.

Os homossexuais são as maiores vítimas de preconceito e discriminação por nascerem no contexto familiar dentro de uma sociedade homofóbica, que significa o medo e o resultante desprezo pelos homossexuais, o termo é usado para descrever uma repulsa face às relações afetivas e sexuais, um ódio generalizado aos homossexuais e todos os aspectos do preconceito heterossexista.

3.3 A questão da legalidade: da hierarquia da invisibilidade ao direito a diferença

As questões que permeiam a homossexualidade estão vinculadas ao âmbito jurídico, principalmente no que concerne ao preconceito que enfrentam os indivíduos que se inserem nesse grupo.

Para a compreensão dos meandros jurídicos que tratam da legalização

das relações homoafetivas como entidades familiares, cabe primeiramente discutir os entraves e vicissitudes, os quais recaem e subjagam esses indivíduos, cuja principal manifestação é o preconceito.

O preconceito instaurou-se na sociedade como uma forma de inferiorização dos indivíduos que fogem da normalidade, criado pelas sociedades que cunharam suas relações sobre mentalidades falocêntricas, pois as regras e leis que as normatizam vislumbram “um mundo para homens, criados por homens”, motivado pela moral influenciando atribuições sociais negativas.

Todavia, a utilização do preconceito tem perdurado nas sociedades por meio da reprodução e subordinação, pois para que se mantenha a ordem social existente, é necessária a legitimação daqueles que na hierarquia social, acreditam ser mais “aptos que outros”, “os *outros*”, neste caso, são aqueles que têm seus direitos ameaçados ou até mesmo negados, e não são “vistos” pela sociedade, ou seja, ocupam na hierarquia social a classe das invisibilidades.

O preconceito, neste caso, possuiu funcionamento que se utiliza, muitas vezes, de atribuições sociais negativas advindas de moral, da religião ou mesmo das ciências, para produzir o que denominamos de hierarquia sexual, a qual é embasada em um conjunto de valores e práticas sociais que constituem a heteronormatividade como um campo normativo e regulador das relações humanas. (Prado & Machado 2008 p. 70)

Esse caminho que se busca para inserir o marco histórico do nascedouro do preconceito faz-se preciso para que se compreenda o porquê da indiferença e não-aceitação da homossexualidade. Sobre este aspecto, Dias considera:

A sociedade que se proclama defensora da igualdade é a mesma que ainda

mantém uma posição discriminatória nas questões da sexualidade. Nítida é a rejeição social à livre orientação sexual. A homossexualidade existe e sempre existiu, mas é marcada por um estigma social, sendo renegada à marginalidade por se afastar dos padrões de comportamento convencional. Por ser fato diferente dos estereótipos, o que não se encaixa nos padrões, é tido como imoral ou amoral, sem buscar-se a identificação de suas origens orgânicas, sociais ou comportamentais. (Dias, 2007, p. 07)

Mediante o exposto, vê-se que a invisibilidade e o preconceito andam juntos, posto que a homossexualidade existe na trama social já há um longo tempo, contudo, prevalece o “ver “ que “não vemos” e “o que é que não vemos”, ou seja, ambos atuam ocultando razões que justificam determinadas formas de inferiorizações históricas e mecanismos de naturalização das desigualdades (Prado e Machado, 2008, p. 67). Implanta-se no imaginário coletivo que todos os direitos já foram concebidos e estabelecidos e quem se comporta fora dos ditames sociais deve perigar nas desigualdades e negações de direitos.

Percebe-se então, que se fosse dado tratamento matemático a homossexualidade e pudesse ser representada num plano cartesiano, numa função, ver-se-ia que sendo a homossexualidade, o eixo das abscissas (eixo de X) e a sociedade, o eixo das ordenas (eixo de Y), e fosse posto o desafio de representar a Dimensão da Invisibilidade (DI), Dimensão do Preconceito (DP) e Dimensão dos direitos (DD) que lhes devem ser garantidos, notar-se-ia uma linearidade nos direitos e ao mesmo tempo em que se mantém a invisibilidade, há um crescimento nas manifestações do preconceito.

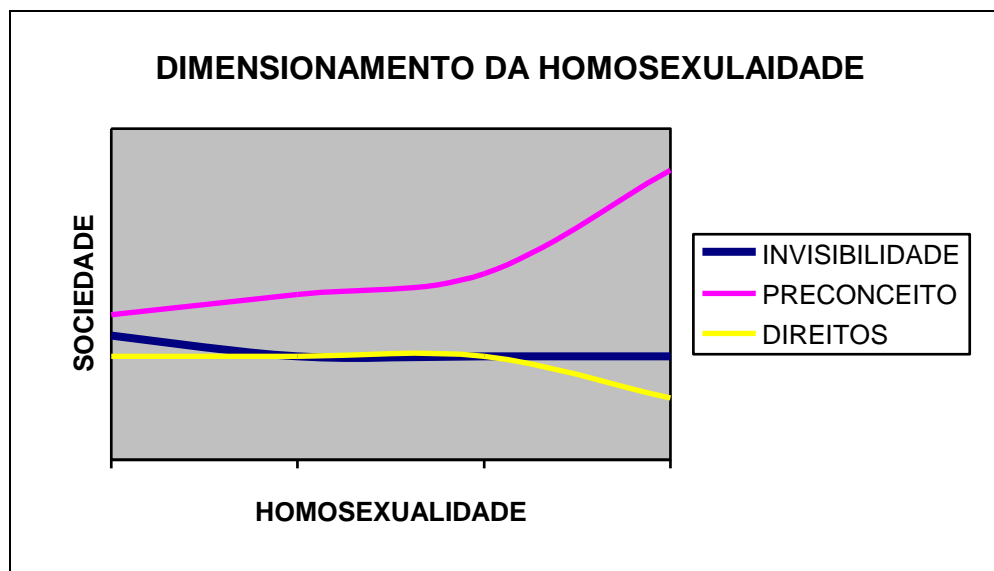


ILUSTRAÇÃO 1 - DIMENSIONAMENTO DA HOMOSEXUALIDADE

A ilustração acima, mesmo sem números ou graus de dados, serve para endossar o fato de que quanto mais a sociedade teima em não reconhecer os homossexuais como cidadãos de fato e de direito, tornando-os invisíveis, muito mais se legitima os preconceitos, isto não só em relação ao indivíduo homossexual, mas principalmente, a carência que estes indivíduos têm do reconhecimento legal dos seus relacionamentos. Em Dias (2007) encontra-se o fomento disto:

Se duas pessoas passam a ter vida em comum, cumprindo os deveres de assistência mútua, em um verdadeiro convívio estável caracterizado pelo amor e respeito mútuo, com o objetivo de construir um lar, inquestionável que tal vínculo, independentemente do sexo de seus participantes, gera direitos e obrigações que não podem ficar à margem da lei. A homossexualidade existe, sempre existiu e cabe à justiça emprestar-lhe visibilidade. (op cit, 2007, p. 12, p.13)

É percebido na interseção da ilustração acima, quando em determinado ponto a sociedade, aqui representada pelos juristas, até tem buscado engendrar ações de amparo aos homossexuais. Em alguns momentos, a doutrina tem

trabalhado em prol das minorias marginalizadas, entretanto, há muito que ser feito. Não se trata apenas de garantias de segurança, quando estes indivíduos enfrentam discriminações por conta das orientações sexuais por parte dos homofóbicos, aqueles que apresentam repulsa aos homossexuais, mas, principalmente, quanto ao reconhecimento dos casais homoafetivos, como entidades familiares no direito e na tessitura social, visto que, esta tem sido a razão pela qual a inquietude da “classe” homoafetiva tem incitado os juristas ao desenvolvimento de leis que amparem suas relações.

Por isso, no momento em que se nota na ilustração o cruzamento entre as linhas da Dimensão do Direito e a Dimensão da Invisibilidade, decorre das preces dos homoafetivos que chamam o Judiciário para o exercício da criação do direito, de modo que, por mais que não existam leis específicas que regulamentem essas relações, judiciário e indivíduos homoafetivos, devem trilhar o mesmo caminho que outros grupos sociais trilharam, buscando hastear a bandeira do direito garantido e do reconhecimento, como explicita Dias:

As uniões homossexuais tiveram que trilhar o mesmo item imposto às uniões extramatrimoniais. Em face da resistência de ver a afetividade nas relações homossexuais, foram elas relegadas ao campo obrigacional e rotuladas de sociedades de fato a dar ensejo a mera partilha dos bens amealhados durante o período de convívio, mediante a prova da efetiva participação na sua aquisição. (Dias, 2007, p. 14)

Há muito que ser conquistado, mas um grande passo já foi dado, principalmente a partir da classificação dos relacionamentos homoafetivos como entidades familiares. É neste aspecto, que no gráfico ilustrado, demarca-se o instante em que se cruzam direito e invisibilidade, cuja linha de separação ainda é

tênue, mas só o fato de o direito ter visto o afeto como identificador das entidades familiares, e por esta natureza, reconhecer as famílias homoafetivas, endossa a necessidade de se notar, que não cabe a sociedade julgar outrem por sua orientação sexual, mas respeitar e garantir a todos os mesmos direitos, ainda que seja na diferença.

4. OS CAMINHOS DA PESQUISA

Quando se propõe estudar os fenômenos sociais, muitas são as dificuldades que se apresentam, e em se tratando da pesquisa científica, estes fenômenos se tornam mais conflituosos por serem mutáveis e por dependerem totalmente da atividade social que lhe inscreve. Por isso, estudiosos estiveram durante muito tempo, num embate sobre que métodos utilizarem para o entendimento destes fenômenos. Nessa arena, o embate se desenvolve principalmente pela dualidade Pesquisa Quantitativa *versus* Pesquisa Qualitativa.

Nota-se que alguns estudiosos valiam-se apenas de métodos quantitativos por acreditarem ser mais assertivos, precisos, além de apresentarem em dados numéricos uma situação próxima a realidade, sob o prisma de hipóteses pré-estabelecidas. Todavia, outros viam que para o entendimento dos fenômenos sociais, por suas variabilidades prezavam por uma melhor observação e aproximação do objeto que se quer estudar, por isso a busca por um instrumento de avaliação qualitativa, o qual possibilitasse uma descrição dos rodeios que cerceiam o objeto, direcionando o pesquisador não só a objetividade, permitindo-lhe a interação com o mesmo.

Para diagnosticar o objeto de estudo, as abordagens, métodos e materiais basearam-se nos autores que discutem a Pesquisa Qualitativa em si, como Neves (1996) e Pesquisa Qualitativa e História de vida, visto em Paulilo (1999).

A princípio cabe aqui lembrar o embate dos elementos que diferenciam os métodos quantitativos dos métodos qualitativos. Certo de que não se busca aqui dizer que este ou aquele método é melhor, mas a título de conhecimento, justificar o caminho a ser seguido por este trabalho.

A investigação quantitativa atua em níveis de realidade na qual os dados se apresentam aos sentidos e tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz fenômenos, indicadores e tendências observáveis. A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna. (Paulilo, 1999, p.01)

Vê-se que as características que as diferenciam, permiti-lhes à particularidade a cada objeto que se observa em diferentes realidades. Podem em momentos se estranharem, do mesmo modo que interagem e se complementem noutro dado momento.

Partindo desta visão de estranhamento e complementação, nota-se que muitos autores optam por considerar melhor a interação entre os métodos, pois apesar de apresentarem diferenças não se deve tê-las como opositoras, pois para Paulilo (1999, p. 01) “somente quando as duas abordagens são utilizadas dentro dos limites de suas especificidades é que podem dar uma contribuição efetiva para o conhecimento”. Sobre este aspecto, Portela conclui:

Para analisar-se com fidedignidade uma situação dada é necessário o uso de dados estatísticos e outros dados quantitativos, e também da análise qualitativa dos dados obtidos por meio de instrumentos quantitativos, entre outros cuidados para se evitar o *bias*, fruto da subjetividade que encerra uma pesquisa, a exemplo da subjetividade do pesquisador. (Portela, 2010,p.01)

Diante o exposto, para a coleta de dados do presente trabalho, buscou-se relacionar os dois métodos para uma melhor compreensão e apresentação das nuances do objeto de estudo. A essa interação entre metodologias quantitativas e qualitativas, Neves (1996, p. 03) circunscreve o que Jick (1979, p. 602) apresenta como “triangulação”.

4.1 Análise de Dados

Para o levantamento de dados, estabeleceu-se como campo de pesquisa a cidade de Estância. Contudo, faz-se necessário uma apresentação geográfica da cidade.

Localizada na região litoral-sul do Estado de Sergipe, é considerada a cidade jardim e berço da cultura sergipana por disponibilizar de grande diversidade cultural (festas juninas, manifestações folclóricas como batucadas, pisa-pólvora, barco-de-fogo etc.). Está localizada a 78 km da capital, Aracaju, e tem sua fundação datada em 04 de maio de 1848, onde por meio da Carta de Sesmaria, Pedro Homem da Costa, recebeu por herança de seu sogro esta faixa de terra.

Estando entre as maiores cidades do Estado, possui uma população de aproximadamente 59.901 habitantes, segundo dados do último IBGE (2000), com 39 povoados e 17 bairros. Pioneira da indústria sergipana, detém um dos maiores Distritos Industriais do estado, onde se encontram empresas têxteis, alimentícias,

cosméticas e recentemente a AmBev, uma das maiores produtoras de bebidas, a Crown responsável pelo fornecimento de latinhas para a AmBev, além da Piranema, que é uma plataforma da Petrobrás. Todas essas empresas são responsáveis pelo desenvolvimento econômico e pela empregabilidade do município.

Abençoada por natureza, é banhada pelo Oceano Atlântico e tem como principais rios o Piauí e o Piauitinga, este último responsável pelo abastecimento da cidade.

Para poder tomar conhecimento de como a sociedade estanciana tem encarado as questões pertinentes a homoafetividade, foram delimitadas um número de 05 (cinco) entrevistas com indivíduos homoafetivos, visando configurar a realidade destes, frente aos pré-conceitos e ditames sociais. Deixa-se a ressalva de que a princípio, pelas linhas do trabalho, as entrevistas seriam realizadas com casais homoafetivos, mas devido a pequenos receios sobre o assunto, muitos se restringiram a dar as informações.

Por esse motivo, os sujeitos da pesquisa analisados eram solteiros e possuem faixa etária entre 18 e 40 anos, quatro com pelo menos o ensino médio completo e apenas um está cursando.

Retomando o que já fora abordado neste trabalho, por meio da História de Vida é possível conhecer como o indivíduo se relaciona e interage com a sociedade. (Paulilo, 1999, p.04). Diante dessa premissa, cada questão colocada aos entrevistados visava compreender sua fala, as expressões e até mesmo o silêncio

de cada um. As respostas que possibilitam uma melhor compreensão das questões que vinculam este tema, principalmente no que diz respeito ao trato dos casais homoafetivos, baseiam-se num novo modelo de família, além de apresentar a ideologia da sociedade estanciana sobre esse tipo de relacionamento.

Com relação à descoberta da homossexualidade, as respostas foram unânimes. Todos afirmaram que se descobriram homossexuais ainda na infância, entre os 07 e 12 anos, sendo que dois deles ainda tentaram ter relações com o sexo oposto, porém, ocorria que mesmo tendo relações heterossexuais, em suas fantasias, visualizavam o ato sexual com pessoas do mesmo sexo. Como afirma o “Rosa”, apesar de haver tido relações com uma mulher aos 12 anos, da qual gerou um filho, aos 15 comecei a me descobri e ter relações com parceiros certos.

No que se refere à aceitação ou rejeição da família ao assumirem a homossexualidade, 04 dos entrevistados relatam que foram aceitos no aspecto família, apenas um deles atrelou sua descoberta a criação, inferindo-se nesta resposta a contribuição do meio: pais ausentes, aliciamento em casa por parentes (pais, padrastos, tios) ou por vizinhos etc. Enquanto os demais, afirmaram que a homossexualidade é uma coisa “natural”. Todavia, analisando o termo *natural*, com o qual os demais entrevistados classificam sua homossexualidade pode-se encontrar uma justificativa nas *quatro fases do desenvolvimento sexual*:

Esta fase homossexual é natural, mas a sociedade ajuda as pessoas a ficarem estagnadas aí também porque criam barreiras entre homens e mulheres, garotas e garotos. Se estas barreiras não estiverem lá, a fase homossexual desaparecerá como veio e o interesse começa a se dirigir para o outro sexo, isso é a natureza. (Osho, 1978, p. 05)

É preciso atentar-se para a contribuição do meio e das relações familiares para o inculcamento das práticas homossexuais. O ambiente em que a pessoa vive e as experiências emocionais com os pais vão influir para um caminho hétero ou homossexual, como coloca Suplicy (1995, p. 114), pois muitos psiquiatras e psicanalistas acreditam que o relacionamento emocional com os pais pode levar às inibições do desejo sexual por pessoas do outro sexo.

Quanto à aceitação da opção sexual, apenas três dos entrevistados tiveram aceitação total da família. Enquanto isso, os outros dois afirmaram que quanto mais os familiares se opunham a aceitar essa diferença, mais os estereotipavam legitimando os preconceitos, muitas vezes até tentando direcioná-los para relacionamentos heterossexuais:

Todos os meus parentes davam opiniões que eu deveria arrumar uma namorada, pois já estava na hora. Nunca cheguei para dizer a ninguém que eu era diferente, eu sentia que minha mãe estava sempre na esperança que eu mudasse. "Lilás" 39 anos.

Outro aspecto abordado foi sobre a orientação sexual e escolha, onde Prado & Machado (2008, p. 142) apresentam como orientação sexual o direcionamento da atração sexual por pessoas do mesmo sexo. Nestes termos, notou-se que dois dos entrevistados acreditam que não é uma escolha, sob a principal justificativa que se fosse uma escolha, não optariam por contrariar a família e a sociedade. Porém, três disseram que é uma escolha sim, sob a visão de que ninguém obriga a ninguém ser homossexual. Como disse "Azul" (29 anos): eu acho que é uma escolha. Ninguém me obrigou, não vi ninguém assim, fui eu quem quis.

Um ponto interessante da pesquisa foi quando perguntados sobre a legalização do casamento homoafetivo eles ficaram divididos. Os entrevistados que aprovaram a legalização vêem nela, a possibilidade de fazer justiça e adquirir mais respeito, pois segundo eles, a legalização traria uma melhor consideração, já que estariam amparados legalmente. “Acho uma boa maneira de fazer com que a sociedade nos aceite, pois nosso relacionamento estando dentro da legalidade, haveria sim, melhor consideração”. (“Lilás”, 39 anos)

Os que se opuseram, acabam por apresentar uma visão cheia de preconceitos ou reprimida pelos preconceitos recorrentes da sociedade que ainda impera sobre seu modo de ver o mundo e as relações sociais. Todavia, no que se refere à existência de entidades familiares, que por mais que fujam as regras da normalidade, merecem o amparo jurídico, segundo a própria Constituição Federal nos permite esta interpretação. Como mostra Dias:

Pluralizou-se o conceito de família, que não mais se identifica pela celebração do matrimônio. Não há como afirmar que o art. 226, § 3º, da C. F., ao mencionar a união estável formada entre um homem e uma mulher, reconheceu somente esta convivência como digna da proteção do Estado. O que existe é uma simples recomendação em transformá-la em casamento. Em nenhum momento foi dito não existirem entidades familiares formadas por pessoas do mesmo sexo. Exigir a diferenciação de sexos do casal para merecer a proteção do Estado é fazer distinção odiosa, postura nitidamente discriminatória que contraria o princípio da igualdade ignorando a existência de vedação de diferenciar pessoas em razão de seu sexo. (Dias, 2007, p. 06)

Fazendo uma relação entre o texto de Dias (2007) sobre a legalização da união homoafetiva e o que coloca “Lilás” 39 anos no texto supracitado, vê-se que tornar legal esse relacionamento não só trará um marco para a justiça brasileira mas, principalmente, a seguridade do cumprimento do *princípio da dignidade*

*humana*³, que exprime ao indivíduo a pretensão do respeito das demais pessoas, independentemente de cor, sexo, raça ou religião.

Ainda no âmbito familiar, foi questionado aos entrevistados sobre a paternidade e a educação dos filhos vindos de casamentos e relacionamentos héteros ou adotados, no caso de uma possível legalização das relações homoafetivas, como eles enfrentariam as questões de educação dessas crianças.

Por mais que pareça comum, todos os entrevistados acreditam que as relações entre pais e filhos transcendem a *sexualidade*. Entretanto, um dos entrevistados endossa que só poderia ser pai de uma menina, afirmando que um menino não aceitaria a sua orientação sexual.

Dias (2004) coloca que o mais importante em uma família não é o sexo dos pais, mas sim o afeto que perpassa esse relacionamento, pois ele é o “identificador da parentalidade”. Por esta maneira, considera-se que essa relação entre filhos e pais homoafetivos é uma relação “socioafetiva”, que acaba sobrepondo as funções da paternidade biológica, existindo um núcleo familiar, identificada uma união estável e estando presente o elo de afetividade ao envolver pais e filhos, é imperioso o reconhecimento da dupla paternidade. (op cit, 2004,p. 396)

Perguntou-se ainda como os homoafetivos vivem sua religiosidade e principalmente, como lidam com os preconceitos dentro de certas denominações religiosas. Três dos entrevistados afirmaram não ter religião, apenas vão à missa da

3 Princípio da dignidade da pessoa humana:

Igreja Católica Apostólica Romana. Dois deles afirmam que o preconceito vivenciado nas religiões principalmente as evangélicas, fez com que buscassem uma prática de fé que lhes acolhessem da maneira que são, encontraram-se na religião Afro-brasileira, o Candomblé. Como elucida “Lilás”:

Sou afro brasileiro. Sou sacerdote do candomblé. Já sofri preconceito da igreja católica e evangélica, por isso que procurei essa religião, (ela) *me uniu* mais Deus. Onde (agora) o preconceito pesa mais porque além de ser homoafetivo sou do candomblé. “Azul” 29 anos.

Para Dias (2006, p. 27), é notável que o preconceito das religiões sobre as questões pertinentes a sexualidade, não se restringem somente ao sexo entre parceiros, mas a esta prática, os preconceitos sempre foram mais impetuosos. Isso se deve também, ao fato da Igreja atrelar a Bíblia os ditames comportamentais que legitimam esse preconceito, pois na Bíblia tal prática é vista como uma prática *não natural* e o que não é natural se configura como pecado.

Quanto ao mercado de trabalho e a opção sexual dos entrevistados, depreendeu-se dos dados três possíveis perspectivas: 1ª) um dos entrevistados disse que a orientação sexual não interfere no trabalho; 2ª) três afirmaram que tanto interfere como é fator de exclusão de muitos processos seletivos, como conclui o “Azul” 29 anos: atrapalha. Assim... Como eu. Né!?! , sou professor de dança, trabalho com crianças adolescentes, os pais ficam com um pé atrás. Nunca trabalhei de carteira assinada isso é devido ao preconceito; e 3ª) um entrevistado acredita que depende da situação, ou seja, da profissão ou cargo que se deseja.

O fator de peso dessa exclusão ainda é como já fora elucidado neste trabalho, os preconceitos recorrentes da sociedade, a qual reforça comportamentos

machistas e homofóbicos. Por isso, tais entraves incitaram alguns dos entrevistados a criarem seu próprio meio de trabalho, ainda assim em profissões carregadas de preconceitos, tais como cabeleireiros.

Jesus (2010) chama a atenção para o seguinte aspecto:

É difícil para a maioria dos **homossexuais** ver, na interação com a classe trabalhadora, uma das saídas para conquistar sua emancipação, isso decorre da alienação política historicamente semeada e defendida, mesmo indiretamente, por aqueles que objetivam impossibilitar a coerência, organização e consciência grupal de toda e qualquer minoria.

É premente observar que mesmo na atividade de cabeleireiro por meio da qual buscaram sua emancipação, a própria sociedade alimenta os preconceitos ao demarcarem essa profissão como feminina ou para gays. Alguns entrevistados escolheram ou foram “obrigados a escolher” esta profissão, mesmo assim, eles continuam sendo alvos de preconceitos. Como se nota na questão nove, onde foi perguntado se no trabalho atual eles já haviam sofrido algum constrangimento: no início essa foi a minha única opção, ser cabeleireiro, mesmo sabendo do preconceito que sofreria “Lilás” (39 anos). De contrapartida, um indivíduo afirmou não sofrer preconceito, enquanto outro não pôde apresentar resposta por não estar trabalhando atualmente.

Na verificação das relações homoafetivas em Estância, e de como é a aceitação social destes indivíduos perante a sociedade, foi notável que o preconceito ainda impera, mas tem havido uma grande mudança. Para o “Azul”, a sociedade estanciana apenas “os engole”, mas não os aceita. Contudo, há uma transformação social crescente nos últimos tempos nessa cidade. Toma-se como

exemplo a realização de um seminário que discutiu as causas GLBTS (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Simpatizantes), promovido pela Associação Sergipana de Transgêneros de Estância – SE (ASTRAESE) ocorrido dia 23 de abril de 2010. O trabalho do seminário serviu principalmente para fortalecer a idéia de respeito e inserção social desses homoafetivos que são também transformadores sociais.

É baseado nesse fator que ainda na pergunta de número dez o “Rosa” 28 anos explana:

A população estanciana nos julgava e discriminava, mas com o passar do tempo, começaram, a nos conhecer melhor e passaram a ter uma visão diferente, mas o preconceito ainda existe e isso é uma coisa que não podemos mudar, apenas quero que nos respeitem, não somente a mim ou a minha relação e sim a classe homossexual como um todo. “Rosa” (28 anos).

Quanto ao processo de reconhecer-se e aceitar-se como homossexual, todos apresentaram como fator preponderante a família, firmando-se uma relação estreita com “o que a sociedade vai pensar sobre isso”, e o mais importante, o medo da rejeição:

São indivíduos que, se experimentam alguma forma de sofrimento, é originado pela intolerância e injustificado preconceito social. A busca da despatologização da homossexualidade visa a defini-la como simples variante natural da expressão sexual humana, um comportamento que determina uma maneira de viver diferente. (Dias, 2006, p. 31)

Com essa constatação ela propõe que não se observe o indivíduo homossexual como uma aberração, ou defeito genético, pois não é patológico, posto que esses indivíduos nascem como qualquer outro com mesmo número de cromossomos. Mas há ainda uma grande preocupação sobre “o que os outros vão

pensar”, como coloca “Verde” (18 anos): temi por causa da família, de como ela vai ver essa situação perante a sociedade, a exposição. Meu medo de ser rejeitado de minha mãe me colocar para fora de casa.

Como em outras questões, durante as entrevistas notaram-se opiniões um tanto quanto diferentes. Nelas buscaram-se conhecer qual a principal dificuldade encontrada para os casais homoafetivos, das respostas, depreendem-se os seguintes aspectos: a) o preconceito, visto que para a sociedade ainda é “estranho”, dois homens saírem pelas ruas de mãos dadas; b) o convívio em si, pois o “Amarelo”, disse que sentiria vergonha e ciúme ao mesmo tempo; e c) entre as maiores dificuldades, está a luta pela legalização dos relacionamentos homoafetivos, já abordado neste trabalho.

Por meio desta abordagem, pôde-se conhecer os meadros da homoafetividade em Estância e as dificuldades encontradas pelos indivíduos, principalmente na hora do “sair do armário”. Viu-se que a sociedade com seus ditames excludores e de inferiorização, culpam os homoafetivos por assim serem, como se fossem aberrações. Agindo assim, acabam paralisando-os, deixando-os a parte, marginalizados socialmente.

A pesquisa veio fortalecer a necessidade de medidas de conscientização social. Não é preciso ter os mesmos gostos, mas é preciso respeitar as vontades alheias, e mesmo ainda imperando a invisibilidade, a sociedade estanciana tem dado o primeiro passo, com a realização do I Seminário Estanciano sobre Direito Civil LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais).

Nota-se que estavam embutidos em cada entrevistado os preconceitos recorrentes da sociedade, mas todos estão crentes na transformação, ainda que tardia, das mentalidades a respeito da homossexualidade. Por meio desta pesquisa, chegou-se a uma representação da importância da família, do respeito e da dignidade humana para a configuração do indivíduo, além de mostrar que muito do que cada ser humano é, é adquirido com as trocas sociais, ainda que sejam em processos de inferiorização ou valorização, enfim, relações de respeito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste estudo foi investigar os aspectos sociais que envolvem as relações homoafetivas desde sua aceitação, como o mais novo tipo de constituição familiar, até as questões de ordem legal que perpassam a união homoafetiva, focando uma abordagem da discriminação e do preconceito vivenciados pelos homoafetivos, bem como, a mobilização deles no sentido de usufruir de seus direitos como pessoa humana e como cidadão a enfrentar o preconceito.

No decorrer deste trabalho buscou-se conhecer a realidade vivida por um número crescente de indivíduos que se encontram na condição de homossexuais e mantêm relacionamento com pessoas do mesmo sexo. Tais uniões perpassam toda história da humanidade. A exemplo do que ocorria na Antiga Grécia, onde este tipo de relacionamento era visto como uma procedência natural e fazia parte do tecido social. Também no Império Romano a pederastia era visto

como um ritual sagrado.

Com a disseminação das religiões cristãs e o fomento de uma cultura religiosa que dogmatizou a prática sexual apenas como mecanismo para a procriação, onde o prazer sexual era considerado como pecado e desobediência à vontade de Deus, o homossexualismo foi relegado à posição de crime imperdoável, sendo essa, a origem da intolerância que faz parte até hoje no imaginário coletivo, tal intolerância deu espaço para o desencadeamento do pensamento homofóbico.

Evidenciou-se durante a investigação realizada para a construção desse trabalho que, de forma geral, ainda perdura no pensamento coletivo uma visão do homossexualismo como prática condenável, que fere valores morais e agride a sociedade. É claro que muito já se evoluiu no caminho para a aceitação da livre prática da sexualidade e a isonomia de direitos entre homossexuais e heterossexuais, porém há um longo percurso a ser trilhado nesse sentido.

Assim como nas relações heterossexuais, nas relações entre pessoas do mesmo sexo há um desejo de união e constituição de família, esta é hoje a maior polêmica que envolvem os homoafetivos, a intenção deles é legalizarem suas uniões e oferecerem aos parceiros, estabilidade em seus relacionamentos almejando o respeito da sociedade, bem como a igualdade de direitos.

Em todo o mundo, a união entre pessoas do mesmo sexo é uma questão bastante discutida, 32 nações reconhecem esse tipo de união legalmente, 52 possuem leis contra a discriminação e o preconceito dessas pessoas. No entanto, ainda há sete países, entre os quais o Irã, a Nigéria e a Arábia Saudita, que

condenam à morte aqueles que têm relacionamentos homoafetivos, segundo o presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Transgêneros, Toni Reis.

No Brasil existem propostas de leis que tratam especificamente da temática sobre a homoafetividade, mas tramitam há anos no sistema legal do nosso país sem previsão de aprovação, a exemplo, o projeto da Parceria Civil (PL 1.151/1995) e a emenda constitucional para inserir entre os objetivos fundamentais do Estado (CF 3º IV), o de promover o bem de todos sem preconceito de orientação sexual (PEC 139/1995).

Recentemente surgiram proposituras mais específicas como os Projetos de Lei 674/2007 e 2285/2007 que tramitam em conjunto na Comissão de Constituição e Justiça, eles tratam da criação do Estatuto das Famílias, o estatuto dispõe de temas como a união e a adoção por casais homoafetivos, entre outros.

Em Sergipe, algumas decisões judiciais favoráveis à questão da união entre pares homossexuais reforçam a luta e a militância dessa parcela da população que, como expressão usada por eles: “saiu do armário” e se organizou em busca de seus direitos. No estado, já existe decisão reconhecendo como dependentes de benefícios de assistência à saúde, o companheiro de um funcionário público do Estado.

Também há conquista da mudança do nome de um travesti, ele obteve o direito de usar o nome social (aquele pelo qual prefere ser chamado, diferente do registro civil) em seus documentos. Outra conquista importante foi à legalização de

algumas Uniões Civis Estáveis, bem como a aquisição do direito de realização da cirurgia de mudança de sexo, a transgenitalização, totalmente paga pelo governo estadual, no entanto, essas decisões e conquistas são isoladas e não retratam a realidade da maioria dos homoafetivos de Sergipe.

Não obstante da realidade social dos diversos municípios do estado, a cidade de Estância é habitada por uma população tradicionalista e cercada de preconceitos contra homossexuais. Tal fato é sentido na pele por eles, que relataram nas entrevistas o quanto se sentem marginalizados pela sociedade, como também, quando decidem firmar um relacionamento duradouro com parceiros do mesmo sexo, notam uma resistência de aceitação por parte de pessoas que insistem em prender-se aos estereótipos de relacionamento e família.

Durante o decorrer da história e das transformações sociais, a instituição família, passou por várias fases, as passagens de Família Consangüínea, a Sindiástica, depois Monogâmica e por fim a Patriarcal, cada uma coerente ao momento histórico e condizente com a cultura de cada localidade. As mudanças na arena familiar não se deram de forma linear nem estática. Para cada sociedade, foram construídos modelos de relacionamentos e formas de mantê-los. Assim, não há razões para a negação da “família homoafetiva” pois esta é, por assim dizer, a família do novo milênio.

Na passagem intitulada como Além da Questão da Legalidade: da hierarquia da invisibilidade ao direito à diferença, foi possível expor argumentos em prol da legitimação e legalização das uniões homoafetivas nos âmbitos mais

importantes da sociedade, principalmente no meio jurídico que regula as relações sociais entre os indivíduos.

Pôde-se elencar diante desse trabalho, demandas jurídicas e sociais em Estância que reivindicam direitos negados aos homossexuais. Sabe-se que são poucas as demandas com julgados favoráveis a essa parcela da população, pois a maioria dos juristas reproduz o preconceito impregnado em seu pensamento e seu meio social, negando a realidade social dos LGBT's.

Na Constituição, está expresso em seus princípios fundamentais nos artigos 1º, 3º e 5º, o direito a todos à igualdade e a liberdade, não podendo menosprezar o usufruto desses direitos a uma significativa parcela da população brasileira que não segue os modelos de relacionamento padronizados pela sociedade. A família homoafetiva é fato real e não uma ficção social e por isso não pode ser relegada à invisibilidade.

A mobilização dos homossexuais em busca de seus direitos também é fato constatado neste estudo, foram levantadas iniciativas como a formação da Associação Sergipana de Transgêneros Estanciana, (ASTRAES) e a realização do I Seminário Estanciano sobre Direito Civil LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais). Essas iniciativas delimitam um marco na luta desse grupo social em busca da tão falada igualdade de direitos e do respeito merecido por eles, assim como, sua inserção nas políticas públicas ofertadas a todos os cidadãos levando em consideração suas particularidades.

Contudo, na análise obtida da realidade do município escolhido, as questões norteadoras do trabalho foram confirmadas e ampliadas no sentido em que o preconceito e a discriminação vão além do exposto, quando os próprios homossexuais não se reconhecem como tais, na descoberta de sua sexualidade e o enfrentamento com os valores das suas famílias conservadoras, que muitas vezes não os aceitam.

Existe também a hipocrisia de grande parte da sociedade que se diz não preconceituosa, mas chega a cometer atos de homofobia causando sofrimento e desconforto aos homoafetivos que se sentem excluídos de tal forma que procuram amparo nas regiões da cidade onde vivem grupos minoritários, de raça, religião ou nacionalidade, que são forçados a viver nesses locais devido à pressão social e econômica.

Diante das considerações feitas sobre o tema e reconhecendo que o Assistente Social é um transformador social, seu papel é extremamente relevante, sendo que este profissional intervém diretamente na vida da população, criando aproximação entre ele e o usuário na execução de programas, participando de elaboração, aplicação, revisão e divulgação de políticas sociais e promovendo campanhas sócio-educativas, ou delas participando.

Através dos conhecimentos adquiridos na academia, o Assistente Social atua na elaboração de programas de bem-estar social para o grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT), aplicação de recursos e divulgação de políticas sociais, almejando esclarecer aos usuários seus direitos e deveres, bem

como, do uso de procedimentos de visitas domiciliares nos casos que se faça necessário.

Diante o exposto, concluí-se que a diversidade deve ser respeitada independente da orientação sexual de cada indivíduo, fazendo com que as reivindicações desse grupo sejam consideradas pelos detentores do poder e pela sociedade, já que eles são cidadãos de direitos com coragem e merecem dignidade, respeito e admiração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **A História Social da Criança e da Família**. São Paulo: LTC, 1978.

AULETE, Caldas. **Minidicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

BRASIL, Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

DIAS, Maria Berenice. **Filiação Homoafetiva**. Artigo publicado na Revista In Verbis, Revista do Instituto dos Magistrados do Brasil – IMB, nº 27, p. 12-13, e Afeto, ética e família e o novo Código Civil - Anais do IV Congresso Brasileiro de Direito de Família, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM com apoio da OAB/MG, Belo Horizonte: Del Rey, 2004, p. 391-398.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

DIAS, Maria Berenice. **União Homossexual: preconceito & a justiça**. Livraria do Advogado 3ª ed. Porto Alegre: 2006.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FOUCAULT, Michel (1988). **Nós, vitorianos e A hipótese repressiva**. In: _____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, pp.8-49.

HIGHWATER, Jamake. **Mito e Sexualidade**. Tradução de João Alves dos Santos. 1.ed. São Paulo:Saraiva,1992.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Direitos Civis: Famílias**. São Paulo: Saraiva, 2009.

LOPES, K.R. **Homoafetividade – Ave, ó Maria Berenice Dias**. 2007

MEIRA, LUIS B. **Sexos: aquilo que os pais não falaram para os filhos**. Editora Universitária/ UFPB 2002

MODESTO, Edith. **Vidas em arco-íris**. Ed. Record. Rio de Janeiro: 2006.

NEVES, José Luís. **Pesquisa Qualitativa: Características, Usos e Possibilidades**. Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, Volume I, nº 3, 2º Semestre/1996

PAULILO, Maria Ângela Silveira. **Pesquisa Qualitativa e História de vida**. Serviço Social em Revista, Volume 2- Número 1 Jul/Dez 1999

PRADO, Marco Aurélio Máximo & MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____ ***Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e Adolescentes à convivência familiar e comunitária*** – Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília – DF: Conanda, 2006, pg. 26

SARTI, Cynthia A. e vários autores. **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SUPLICY, Marta. **Sexo para adolescentes: amor, homossexualidade, masturbação, virgindade, anticoncepção e AIDS**. Editora FTD, Rio de Janeiro, 1995.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

ALMEIDA, Ângela Mendes de. **Família e história – questões metodológicas**. Texto reelaborado a partir de conferência apresentada no XVI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica, Mesa Redonda “Uma visão Multidisciplinar da Família Brasileira”, organizado pela Associação Brasileira de Economistas Domésticos (ABED) e pelo Conselho Federal de Economia Doméstica, com o apoio da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa (MG), 12/09/2001. Disponível em <http://www.usp.br/nemge/textos_seminario_familia/fam_hist_metodologicas_almeida.pdf> Acessado em 28/04/2001.

DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e Direito a Diferença**. Disponível em: <http://www.blogdofg.com.br>. 23 agosto. 2007.

DIREITO DO ESTADO. Anencefalia, anistia, união homoafetiva e quilombos estão entre os temas previstos para julgamento no 1º semestre. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/noticias/10148/Anencefalia-anistia-união-homoafetiva-e-quilombos-estão-entre-os-temas-previstos-para-julgamento-no-1º-semestre>>. Acesso em: 12 jun.2010.

GOBBO, Edenilza. Adoção por casais homossexuais. Disponível em:<<http://www.pailegal.net/chicus.asp?rvTextold=-1258476700>> Acesso em: 12 jun 2010.

GUERREIRO, Fátima M^a Marins. A família homoafetiva e os principais desafios. disponível em:<http://www.direitohomoafetivo.com.br/uploads_trabalho_tese/a_familia_homoafetiva_e_os_principais_-_ftima_guerreiro_-_verso_ibdfam.pdf>. Acesso em: 13 de jun. 2010.

JESUS, Jaques-. **O homossexual e o trabalho**. Disponível em: <<http://www.armariox.com.br/conteudos/artigos/023-homoetrabalho.php>> Acesso em 21/05/2010 às 19:00.

MELO, Marcos Ribeiro de. Educação e movimento homossexual: reflexões queer. Revista Fórum Identidades. Ano 2, volume 4, p. 78 – 80, jul – dez de 2008. Disponível em:<http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/revista_forum_identidades/revista_forum_identidades_2008_04_78-80.pdf>

as/ARQ_FORUM_IND_4/DOSSIE_FORUM_Pg_71_80.pdf> Acesso em: 13 de jun. 2010

OSHO, **Philosophia Perennis**, Vol 1, Chapter #1 Chapter title: The Greatest Luxury. Buddha Hall, 1978. Disponível em < <http://tantraleela.blogspot.com/2009/05/as-quatro-fases-do-desenvolvimento.html?zx=9514e2a3a1ed7c0> > Acessado em 13/05/2010 às 14:00.

PORTELA, Girlene Lima. Pesquisa quantitativa ou qualitativa? Eis a questão. Disponível em:<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:bRSCqMCSzTN8J:www.uefs.br/disciplinas/let318/abordagens_metodologicas.rtf+girlene+lima+portela+pesquisa+qualitativa+e+quantitativa+eis+a+quest%C3%A3o&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a>

<http://www.rea.pt/homofobia.html> acesso em: 14/06/2010 às 21:40h

SANTIAGO, Mariana Ribeiro. A união homoafetiva na legislação brasileira: Natureza jurídica. Disponível em:< <http://diviliv.blogspot.com/2007/11/pesquisa-unio-homoafetiva-na-legislao.html>> Acesso em: 11 jun. 2010.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação

Nome completo:

Idade:

Naturalidade:

Escolaridade:

Profissão:

1. Com quantos anos você percebeu que era diferente?
2. Com a sua descoberta, você sentia alguma rejeição ou aceitação por parte da sua família?
3. A quem você atribui o fato de ser homossexual?
4. A orientação sexual é uma escolha?
5. Qual sua opinião com relação ao casamento entre homoafetivos?
6. Homossexuais podem ser bons pais?
7. Você tem alguma religião? Já sofreu algum preconceito dos frequentadores da igreja por causa da sua orientação sexual?
8. Em relação ao mercado de trabalho você se sente injustiçado ao participar de um processo seletivo por causa da sua opção sexual?
9. No seu atual trabalho você já sofreu algum preconceito? Qual?

10. De que forma vocês são aceitos na sociedade estanciana?
11. Nos momentos mais difíceis a quem você recorre?
12. Porque assumir a homossexualidade é processo tão difícil para algumas pessoas?
13. Qual a principal dificuldade encontrada para os casais homoafetivos?